

## **DECRETO Nº 81**

*de 16 de novembro de 2010*

**ESTABELECE NORMAS RELATIVAS AO ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, PARA LEVANTAMENTO DO BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*O Prefeito Municipal de Jardim - Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe o artigo 76 da Lei Orgânica do Município.*

*Considerando o encerramento de exercício e a necessidade de cumprimento das determinações e dos prazos exigidos pela Lei 4.320/64 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal;*

*Considerando a necessidade de adequar as normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal, o equilíbrio entre os saldos do ativo e do passivo financeiro no balanço patrimonial a ser levantado em 31 de dezembro de 2010 e os resultados primário e nominal;*

*Considerando o tempo demandado para realização dos levantamentos necessários para elaboração do Balanço Geral do Município;*

*Considerando a necessidade de disciplinar os procedimentos administrativos relacionados com compras, licitação, execução orçamentária, contabilidade, tesouraria, bancos e patrimônio para fins de encerramento do exercício de 2010:*

**DECRETA:**

### **Art. 1º..**

*Os órgãos do Poder Executivo e os fundos municipais, regerão suas atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais de encerramento do exercício de 2010 de acordo com as normas deste Decreto e o calendário constante no anexo único e demais normas instituídas pela Lei 4.320/64 e Lei 101/00.*

### **Art. 2º..**

*Fica vedado assumir nos meses de novembro e dezembro de 2010 compromissos financeiros para execução no próximo exercício.*

### **Art. 3º..**

*A realização de processos licitatórios e emissão de empenhos obedecerão aos seguintes prazos limites:*

#### **I.**

*Fica vedada a partir da data de emissão deste Decreto a abertura de processos licitatórios nas modalidades tomada de preços leilão e concorrência;*

#### **II.**

*A abertura de processos licitatórios nas modalidades de cartas convites e pregão visando a aquisição de serviços para o exercício de 2010 será realizada até 30 de novembro de 2010, condicionada à disponibilidade de recursos financeiros existentes na tesouraria;*

#### **III.**

*As unidades orçamentárias encaminharão solicitação de empenhos até o dia 16 de novembro de 2010, condicionada à disponibilidade de recursos financeiros existentes na tesouraria;*

#### **IV.**

*A emissão de empenhos de despesa será realizada até o dia 05 de dezembro de 2010, condicionada à disponibilidade de recursos financeiros existentes na tesouraria.*

#### **IV.**

*A emissão de ordem de pagamento e liquidação de despesas obedecerá aos seguintes prazos limites:*

#### **Art. 4º..**

*A emissão de ordem de pagamento e liquidação de despesas obedecerá aos seguintes prazos limites:*

#### **I.**

*A liquidação das despesas relativas aos contratos de fornecimento de materiais e prestação de serviços, deverão ser encaminhados a tesouraria até 10 de dezembro de 2010. Os casos de excepcionalidade e emergência serão autorizados pelo Prefeito Municipal.*

#### **II.**

*O pagamento de despesas orçamentárias empenhadas e liquidadas, bem como as despesas extra-orçamentárias, será realizado até o dia 20 de dezembro de 2010;*

#### **III.**

*As despesas liquidadas objetos de contratos com data fixa de pagamento no mês de dezembro/2010 serão realizadas até o dia 31 de dezembro de 2010, mesmo que o vencimento do contrato ocorra em data posterior, condicionada à disponibilidade de recursos financeiros existentes na tesouraria.*

#### **Art. 5º..**

*A folha de pagamento do 13º deverá ser encaminhada ao Núcleo de Contabilidade para providenciar o registro contábil e pagamento de acordo com o seguinte prazo limite:*

#### **I.**

*até o dia 22 de novembro de 2010 a estimativa da folha do décimo terceiro deverá ser encaminhada ao Gerente de Finanças para análise empenho por estimativa e programação de pagamento.*

## **II.**

*até 10 de dezembro de 2010, deverá ser encaminhada a folha referente ao décimo terceiro, que será pago até dia 20 de dezembro de 2010;*

## **Art. 6°..**

*O cancelamento de empenhos e inscrição de restos à pagar deverão obedecer ao seguinte:*

### **I.**

*Poderão ser inscritas em Restos a Pagar no exercício de 2010 as despesas empenhadas e efetivamente liquidadas, que possuam recursos financeiros para o respectivo pagamento, na forma do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000;*

### **II.**

*Poderão ser inscritas em Restos a Pagar no exercício de 2010 as despesas empenhadas e não processadas referentes a serviços contínuos ou execução de obras, que possuam recursos financeiros para o respectivo pagamento, na forma do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000;*

### **III.**

*Os saldos de empenhos referentes a despesas que não se enquadrem nos incisos I e II anterior deverão ser anulados pelo ordenador de despesas;*

### **IV.**

*Os contratos de serviços contínuos e de execução de obras cujos empenhos foram cancelados nos termos deste artigo deverão ser empenhados no exercício de 2011 de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras;*

## **V.**

*Serão anulados até o dia 31 de dezembro de 2010, os saldos dos empenhos emitidos por estimativa, tais como os referentes a serviços de fornecimento de energia elétrica, água, telecomunicações, bem como os saldos dos empenhos por estimativa referentes às despesas de pessoal;*

## **VI.**

*Poderão ser empenhadas e inscritas em restos a pagar, as despesas com pessoal e encargos referentes ao mês de dezembro de 2010 e programadas para pagamento no mês de janeiro de 2011, período em que o município deverá ter ingressados os recursos financeiros correspondentes, caso não sejam apurados outros recursos até o dia 31 de dezembro/2010;*

## **VII.**

*Poderão ser inscritos em restos a pagar processados e não processados os empenhos vinculados a verbas de convênios ou outros recursos da União ou do Estado, ingressadas ou não até o dia 31/12/2010, desde que estejam as verbas comprovadamente comprometidas em sua origem. Os valores correspondentes à parcela de recursos próprios serão juntamente inscritos, desde que possuam cobertura financeira respectiva, naquela data.*

## **VIII.**

*As unidades orçamentárias terão até o dia 10 de dezembro de 2010 para encaminharem à Gerencia de Finanças os saldos de empenho passíveis de cancelamento e para o Núcleo de Compras e Licitações as justificativas de anulação de empenhos para providências dos termos de supressão, anulação ou encerramento dos contratos que deverão ser elaborados até 30 de dezembro de 2010.*

## **IX.**

*O Núcleo de Contabilidade providenciará até 22 de dezembro de 2010 o cancelamento dos saldos das contas de restos à pagar processados e não processados relativos aos exercícios anteriores a 2010 que não tenham disponibilidade de caixa, em observância ao Art. 2º da Lei nº 10.028/2000, assegurando ao credor, através da emissão da nota de empenho no exercício de reconhecimento da dívida à conta do elemento de despesa "Despesas de exercícios anteriores".*

### **Parágrafo único. .**

*A Gerencia de Finanças diligenciará no sentido de que todas as anulações de empenho ou de saldos de empenho considerados insubsistentes estejam concretizadas até o dia 30 de dezembro de 2010.*

### **Art. 7º..**

*Os responsáveis por suprimentos de fundos deverão efetuar o recolhimento dos saldos não aplicados até 15 de dezembro de 2010, apresentando a correspondente prestação de contas, que deverão prestar contas até 30 de dezembro de 2010.*

### **Parágrafo único. .**

*O servidor que não apresentar a prestação de contas dos suprimentos de fundos até a data referida no caput terá que devolver o saldo não recolhido.*

### **Art. 8º..**

*O Núcleo de Arrecadação deverá encaminhar ao Núcleo de Contabilidade o relatório de saídos existentes em Dívida Ativa do exercício de 2010, até o dia 30 de dezembro de 2010 para inscrição no Balanço Patrimonial de 2010.*

**Art. 9º..**

*Os bens móveis, imóveis e estoques dos almoxarifados, geral e setoriais, existentes deverão ser inventariados fisicamente, e os relatórios encaminhados ao Núcleo de Contabilidade até o dia 15 de Fevereiro de 2011.*

**Art. 10.**

*Fica determinado aos gestores de cada unidade orçamentária a elaboração do Relatório de Atividades, a ser entregue até 10 de fevereiro de 2011, contendo as ações, atividades e investimentos realizados ao longo do ano de 2010.*

**Art. 11.**

*A Gerência de Finanças deverá fazer o levantamento dos valores existentes na tesouraria no final do exercício de 2010, no dia 31 de dezembro de 2010.*

**Art. 12.**

*Até o dia 5 de dezembro de 2010 a Gerência de Finanças deverá solicitar as instituições financeiras ou outros credores a posição da dívida fundada em 31 de dezembro de 2010 para inscrição no balanço patrimonial.*

**Art. 13.**

*Será concedido um recesso aos servidores públicos no período de 20 de dezembro de 2010 a 02 de janeiro de 2011, à exceção dos servidores lotados nos órgãos de atendimento aos serviços considerados essenciais à população.*

**Art. 14.**

*A partir da publicação deste Decreto são consideradas urgentes e prioritárias as atividades vinculadas à contabilidade, à execução orçamentária e ao inventário, em todos os órgãos e entidades da administração pública municipal direta e indireta.*

**Art. 15.**

*Aos compromissos financeiros resultantes de Convênios, termos de ajustes ou transferências voluntárias realizados com outros entes da federação não se aplicam as normas estabelecidas nos art. 2º, 3º e 4º deste Decreto.*

**Art. 16.**

*As receitas reconhecidas e não arrecadadas até 31 de dezembro de 2010 poderão constar do ativo do Balanço Patrimonial e do Demonstrativo das Variações Patrimoniais, nas variações ativas, independente de ter ocorrido o recebimento, com amparo legal na Portaria nº 447 da MF/STN.*

**Art. 17.**

*Os casos excepcionais serão expressamente autorizados pelo Prefeito Municipal.*

**Art. 18.**

*Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

**CALENDÁRIO**

<b>OBRIGAÇÕES</b>	<b>DATA LIMITE</b>	<b>BASE LEGAL Decreto nº .../2010</b>
<i>Vedado assumir nos meses de novembro e dezembro de 2010 compromissos financeiros para execução no próximo exercício.</i>	<i>Novembro e Dezembro /2010</i>	<i>Art. nº 2º</i>
<i>A abertura de processos licitatórios nas modalidades de cartas convites e pregão visando a aquisição de bens e serviços para o exercício de 2010</i>	<i>30 de Novembro 2010</i>	<i>Art. nº 3º Inciso - II</i>
<i>Encaminhar a Gerencia de Finanças a estimativa da folha do décimo terceiro para análise e programação de pagamento em parcelas para os meses de novembro e dezembro de 2010 e para ser emitido o empenho por estimativa.</i>	<i>22 de Novembro - estimativa 13º. 10 de dezembro- a folha do 13º</i>	<i>Art. 5º incisos I e II</i>
<i>Solicitação de empenhos.</i>	<i>16 de novembro</i>	<i>Art. 3º inciso III</i>
<i>Emissão de empenhos</i>	<i>05 de dezembro 2010</i>	<i>Art. 3º inciso IV</i>
<i>As unidades orçamentárias deverão encaminhar a Gerencia de Finanças os saldos de empenho, passíveis de cancelamento e para o Núcleo de Compras e Licitações as justificativas para supressão, anulação ou cancelamento de contratos.</i>	<i>10 de dezembro</i>	<i>Art. 6º inciso VIII</i>
<i>Solicitar às instituição financeiras ou outros credores a posição da dívida fundada em 31 de dezembro de 2010 para inscrição no balanço patrimonial, em regime de urgência,</i>	<i>05 de dezembro</i>	<i>Art. 12</i>

<p><i>Os responsáveis por suprimentos de fundos deverão efetuar o recolhimento dos saldos apresentando a correspondente prestação de contas, à exceção dos suprimentos de fundos dos serviços de saúde, que deverão prestar contas até 30 de dezembro de 2010.</i></p>	<p><i>15 de dezembro</i></p>	<p><i>Art. 7º</i></p>
<p><i>Pagamento de despesas orçamentárias e extra orçamentárias, empenhadas e liquidadas.</i></p>	<p><i>20 de dezembro 2010</i></p>	<p><i>Art. 4 inciso II</i></p>
<p><i>Os bens móveis, imóveis e estoques dos almoxarifados, geral e setoriais existentes deverão ser inventariados fisicamente, e os relatórios encaminhados ao Núcleo de Contabilidade.</i></p>	<p><i>15 de fevereiro 2011</i></p>	<p><i>Art. 9º</i></p>
<p><i>Deverão ser anulados os saldos dos empenhos emitidos por estimativa ou aqueles considerados insubsistentes.</i></p>	<p><i>31 de dezembro</i></p>	<p><i>Art. 6º inciso V</i></p>
<p><i>O Núcleo de Compras e Licitação deverá providenciar os termos de supressão, anulação ou encerramento dos contratos que deverão ser elaborados até 30 de dezembro de 2010.</i></p>	<p><i>10 de dezembro</i></p>	<p><i>Art. 6º inciso VIII</i></p>
<p><i>O Núcleo de Arrecadação deverá encaminhar ao Núcleo de Contabilidade o relatório de saldos existentes em Dívida Ativa do exercício de 2010, para inscrição no Balanço Patrimonial de 2010.</i></p>	<p><i>30 de dezembro</i></p>	<p><i>Art. 8º</i></p>
<p><i>Levantar dos valores existentes na Tesouraria no final do exercício de 2010.</i></p>	<p><i>31 de dezembro</i></p>	<p><i>Art. 11</i></p>

*Decreto Nº 81/2010 - 16 de novembro de 2010*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*